

**CENTRO EDUCACIONAL TRÊS MARIAS EIRELI
FACULDADE TRÊS MARIAS – FTM
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ELUZITELMA LINHARES DA SILVA

**LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFICULDADES, POSSIBILIDADES E
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

**PAULISTA – PB
2020**

ELUZITELMA LINHARES DA SILVA

**LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFICULDADES, POSSIBILIDADES E
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao Centro Educacional
Três Marias como requisito final para
obtenção do título de Licenciado em
Pedagogia do curso de Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Mirinalda Alves
Rodrigues dos Santos

**PAULISTA – PB
2020**

ELUZITELMA LINHARES DA SILVA

**LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: DIFICULDADES, POSSIBILIDADES E
IMPLICAÇÕES NO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM**

Monografia apresentada ao Centro Educacional Três Marias como requisito final para obtenção do título de Licenciado em Pedagogia do curso de Pedagogia.

Orientador (a): Profa. Dra. Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos

Aprovado(a) em: _____/_____/_____.

Prof. Profa. Dra. Mirinalda Alves Rodrigues dos Santos
(orientadora)

Centro Educacional Três Marias

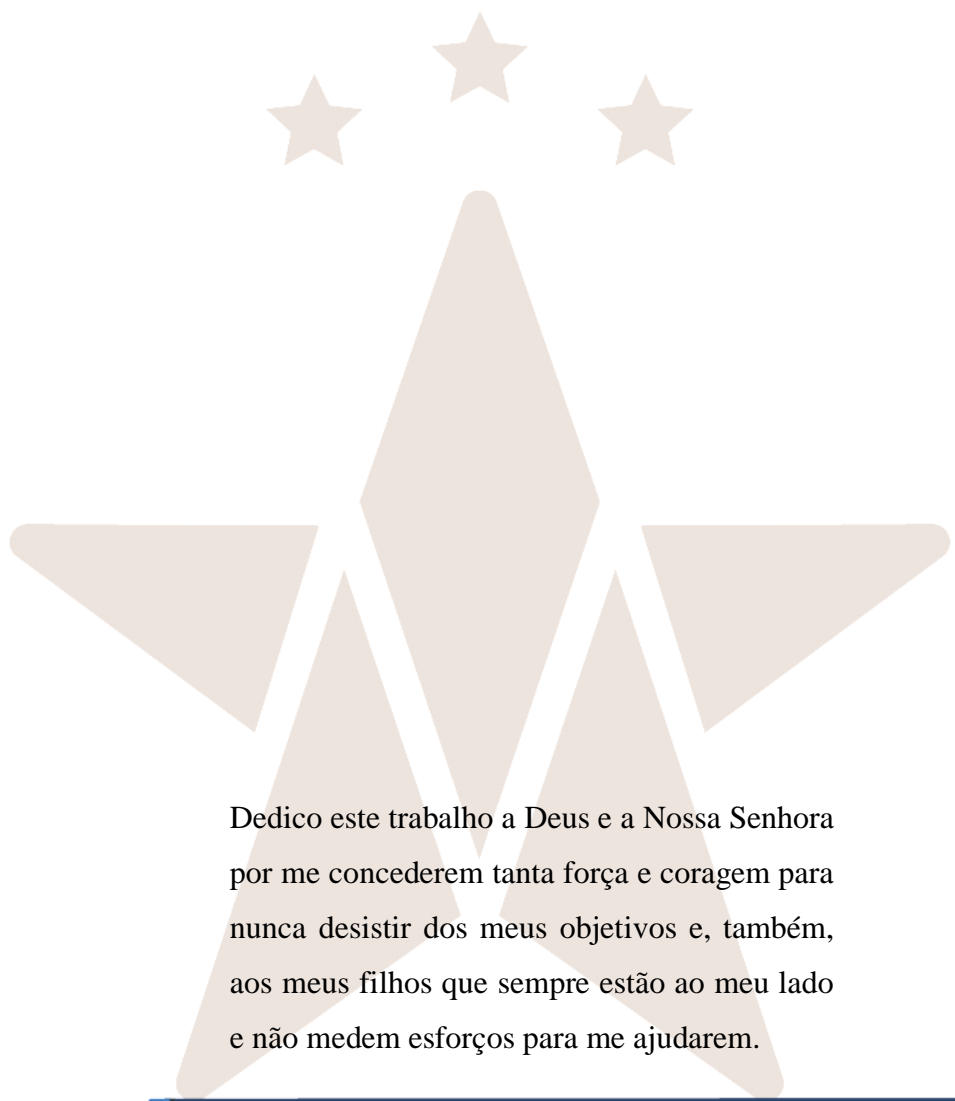
Prof. Titulação e nome completo (Examinador Interno)

Centro Educacional Três Marias

Prof. Titulação e nome completo (Examinador Interno)

Centro Educacional Três Marias

**PAULISTA – PB
2020**



Dedico este trabalho a Deus e a Nossa Senhora por me concederem tanta força e coragem para nunca desistir dos meus objetivos e, também, aos meus filhos que sempre estão ao meu lado e não medem esforços para me ajudarem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu querido Deus que sempre está comigo em todos os momentos da minha trajetória.

À minha amada família, em especial aos meus filhos, que são o meu porto seguro em todos os instantes.

A minha orientadora Mirinalda Rodrigues por sua dedicação, desempenho e orientações que foram fundamentais para este trabalho bem como aos demais professores que, através da sua prática docente foram fundamentais transmitindo os conhecimentos primordiais para a elaboração deste trabalho.

A minha amiga e colega de trabalho, Maria das Neves e aos demais amigos e colegas por sempre estarem ao meu lado, quando deles precisei.





“Quando olho uma criança, ela me inspira dois sentimentos: ternura pelo que é e respeito pelo que possa ser.”

Jean Piaget

RESUMO

A Educação Infantil representa a primeira das etapas de formação acadêmica e, por esta razão, o ensino que é mediado nesse segmento tende a se refletir em todo o processo educacional dos sujeitos. Isto posto, este trabalho surgiu da seguinte questão: “Quais dificuldades de aprendizagem são mais recorrentes no segmento da Educação Infantil?”. Tendo como objetivo principal refletir sobre as dificuldades de aprendizagem nessa modalidade da Educação Infantil. Com efeito, o interesse neste tema se deve à compreensão da relevância de buscar conhecer os principais obstáculos à aprendizagem que são evidenciados na primeira infância e, deste modo, no âmbito das séries iniciais. Assim, a referida pesquisa justifica-se pela intencionalidade de criar meios de aprendizagem que ampliem as possibilidades dos alunos e, em especial, daqueles que apresentam alguma dificuldade – quer seja ela resultado de algum distúrbio, quer seja ela de origem comportamental. Nesta perspectiva, a pesquisa também intenciona conhecer o que delimitam os documentos oficiais da Educação acerca da Educação Infantil; discutir acerca das estratégias de ensino voltadas para a diminuição dessas dificuldades e refletir acerca da relevância da escola no processo educacional da criança. Para tanto, o presente estudo de caráter bibliográfico, teve como embasamento teóricos de Freire (1997), Fonseca (1995), Vygotsky (1989) dentre outros cujos trabalhos estão voltados para à área do estudo aqui detalhado. Conclui-se que é necessário que haja uma parceria entre educadores, escolas, pais e responsáveis para conhecer de forma aprofundada as dificuldades infantis a fim de estabelecer intervenções pedagógicas dinâmicas que reduzam essas dificuldades e auxiliem na evolução da criança.

Palavras-chave: Letramento. Dificuldades de aprendizagem. Educação Infantil.

Early Childhood Education represents the first stage of academic formation and, for this reason, the teaching that is mediated in this segment tends to be reflected in the entire educational process of the subjects. This paper, has emerged from the following question: "What are the most recurrent learning difficulties in the infant education segment?". Its main objective is to reflect on the difficulties of learning in this modality of . In fact, Child education the interest in this theme is due to the understanding of the relevance of seeking to know the main obstacles to learning that are evidenced in early childhood and, therefore, in the scope of the initial series. Thus, this research is justified by the intentionality of creating means of learning that broaden the possibilities of the students and, especially, those who present some difficulty - whether it is the result of some disturbance or of behavioral origin. In this perspective, the research also intends to know what delimits the official documents of the Education about the Infantile Education; discussing teaching strategies aimed at reducing these difficulties and reflecting on the relevance of the school in the educational process of the child. To this end, the present bibliographic study was based on the ideas of researchers such as Freire (1997), Fonseca (1995), Vygotsky (1989) among others study area detailed here. . It is concluded that there is a need for a partnership between educators, schools, parents and caregivers to learn more about children's difficulties in order to establish dynamic pedagogical interventions that reduce these difficulties and assist in the evolution of the child.

Keywords: Literacy. Learning difficulties. Child education.



FACULDADE

TRÊSMARIAS

LISTA DE ABREVIATURAS

AEE – Atendimento Educacional Especializado

CF – Constituição Federal

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PNE – Plano Nacional da Educação

RCNEI's - pelos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

TDAH - Transtorno de Déficit de Atenção

TOD- Transtorno Opositivo Desafiador



SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES	14
2.1 Dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais.....	16
2.2 Estratégias de ensino com o lúdico na infância	21
2.3 Vulnerabilidade das crianças dentro da aprendizagem	23
2.4 Relação professor- aluno	27
2.5 O ambiente escolar.....	31
2.6 A escola e a família no processo educacional.....	35
2.7 A qualificação dos profissionais na aprendizagem da Educação Infantil	39
2.8 A criança e a sociedade – educando para a cidadania.....	42
3. METODOLOGIA	46
3.1 TIPO DE ESTUDO	46
4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DE DADOS DA PESQUISA	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	48
REFERÊNCIAS.....	50



FACULDADE
TRÊSMARIAS



 atendimento@faculdadetresmarias.edu.br

 (83) 3507-3705

 Rua Hildebrando Tourinho, 177
Miramar - João Pessoa - PB.

 www.faculdadetresmarias.edu.br



1. INTRODUÇÃO

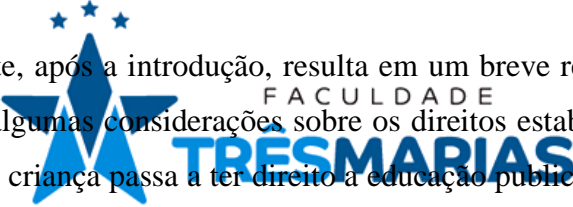
A Educação Infantil como primeira etapa de formação acadêmica dos indivíduos deve lhes proporcionar todos os meios possíveis e cabíveis de aprimoramento das suas potencialidades. A infância deve ser marcada pela leveza que representa e os pais e responsáveis devem buscar auxiliar a escola na Educação de seus filhos considerando, que a ação pedagógica fundamenta-se no acompanhamento do desenvolvimento do processo de aprendizagem da criança e, sobretudo que o processo educacional é contínuo e sempre está em renovação.

Todavia, existem algumas dificuldades que podem vir a prejudicar o maior aproveitamento dos saberes apreendidos nessa etapa. São problemas que se diferem quanto à sua origem, mas exigem, igualmente, atenção por parte da comunidade escolar e das famílias. Pensando, pois, nestes obstáculos a presente pesquisa parte do seguinte questionamento: Quais dificuldades de aprendizagem são mais recorrentes no segmento da Educação Infantil?

Nesse sentido, esta Monografia tem como **objetivo geral**: Analisar o processo de letramento na Educação Infantil e tem como **objetivos Específicos**: Conhecer o que determinam os documentos oficiais da Educação acerca da Educação Infantil; discutir a respeito das estratégias de ensino voltadas para a diminuição dessas dificuldades; e refletir acerca da relevância da escola no processo educacional da criança.

Entretanto o letramento na educação infantil, precisa ser um processo contínuo com métodos que desperte no educando o gosto pela aprendizagem, de modo lúdico, dinâmico e significativo para a estruturação do conhecimento qualitativo e produtivo, onde os professores possam avaliara sua prática pedagógica para descobrir se precisa melhorar na intervenção, tenho sempre consciência de que educar não é uma tarefa fácil de ser concluída. Pois sabemos que muitos educadores investem na sua formação, através da realização de cursos e participações em eventos pedagógicos para manterem-se atualizados e assim, buscar desenvolver um trabalho eficaz e bem sucedido junto aos anos iniciais.

Para a efetuação dessa pesquisa de cunho bibliográfico, busquei subsídios em autores como: Freire (1997), Kramer (2006), Vygotsky (1989), Lima (1992), Miranda (1964), entre outros que reforçam a visão de Letramento na Educação Infantil: Dificuldades, Possibilidades e Implicações no Processo de Ensino Aprendizagem.



Na primeira parte, após a introdução, resulta em um breve relato sobre a legislação e educação infantil com algumas considerações sobre os direitos estabelecidos na Constituição Federal de 1988, onde a criança passa a ter direito a educação pública gratuita e anos depois a educação infantil passa a ser uma etapa no processo educacional, dentre outras conquistas e programas sociais do âmbito educacional que ressaltamos ainda dentro dessa parte do trabalho. Como também das dificuldades de aprendizagem nas series iniciais, que começa na educação infantil, com problemas muitas vezes que necessitam de acompanhamento profissional de psicólogos, psicopedagogos entre outros, onde dessas dificuldades podemos citar à leitura e a escrita que estão consequentemente dentro desse contexto da oralidade assim prejudicado.

Dentro deste trabalho, fala-se de estratégias de ensino com o lúdico na infância, uma vez que, estudos apontam que uma das soluções encontradas para uma melhor qualidade do ensino na Educação Infantil é o uso do lúdico, pois o ato de brincar pode despertar significativo interesse de aprendizagem por parte da criança e este tem sido um dos motivos daqueles educadores que prezam pela educação de seus alunos neste processo de formação.

Também podemos afirmar que por meio da ludicidade o professor, poderá ter uma aproximação muito mais prazerosa com os alunos, e isso, é de suma importância que o educador busque de forma criativa atividades interessantes que desperte o prazer do educando ao realizarem tais tarefas de maneira espontânea com alegria e prazer, para que obtenha uma favorável aprendizagem.

E dessa forma contagiante, deverá ser também o ambiente escolar num todo, pensando nisto também trago um pouco desse assunto, após relação professor aluno, a fim de despertar naqueles que compõem este cenário, que a escola é o lugar de crescimento e aprendizagem nas diferentes etapas educacionais, Com efeito, precisamos ter consciência que o espaço escolar não se resume apenas na sua estrutura física necessária, mas, essencialmente, de fatores e recursos, especialmente humanos, para que aja sucesso e crescimento para todos.

Com efeito, o sucesso na educação infantil quanto escola, esta relacionada a uma série de fatores que são de fundamental importância, nos quais a relação e participação dos pais e/ou responsáveis na vida escolar das crianças, criando um elo entre família escola, escola família, para que ocorra uma notável evolução na aprendizagem, sabendo que elas, se sentiram bem mais valorizados e importantes podendo ser pessoas independentes e confiantes futuramente, capazes de irem muito mais alem, tanto na vida acadêmica, como profissional e familiar.



2. LEGISLAÇÃO E EDUCAÇÃO INFANTIL – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Em meados do século XX, em vários países, incluindo o Brasil, em se tratando dos cuidados referentes às crianças, toda a responsabilidade estava sobre as famílias principalmente entre as camadas mais pobres da população. Só ao longo da metade do século XX quando o país passou a ser redemocratizado através dos movimentos sociais, época em que a mulher começou a ter mais visibilidade na sociedade, foi a partir daí que algumas mudanças políticas começaram a surgir, como o reconhecimento da criança como um cidadão de direitos através da Constituição Federal de 1988, CF/88.

Com efeito, um desses direitos estabelecidos na Constituição é o direito à educação pública gratuita, sendo este um dever do Estado. Ainda nesse período, a Educação era desenvolvida por instituições da assistência social basicamente com o intuito de apenas guardar as crianças enquanto seus familiares trabalhavam. Assim, de acordo com a LDBEN nº9.394/96 – Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional promulgada em dezembro de 1996 e considerada uma das maiores conquistas da educação brasileira, a Educação Infantil consiste na primeira etapa básica do processo educacional. A referida lei determina em seu artigo 29 que nesta etapa seja priorizado “[...] o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológico, intelectual e social [...]” (BRASIL, 1996, p.13).

Desde a criação da LDBEN, a Educação tem se desenvolvido bastante tendo em vista que existem muitos olhares do poder público voltados à Educação Infantil em diferentes aspectos que dizem respeito tanto aos cuidados básicos que devem ser direcionados às crianças quanto à expansão do seu aprendizado nas comunidades escolares em que devem estar inseridas desde a primeira infância.

Contudo, embora existam inúmeras conquistas no tocante à Educação Infantil no Brasil, observam-se ainda uma série de dificuldades e desafios a serem vencidos para o alcance de um ensino de qualidade. Ainda sobre essa etapa educacional, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) informa que os principais responsáveis pela oferta e manutenção da Educação Básica são: os Estados, o Distrito Federal e os municípios.



Compõem a Educação Básica: a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e Médio, onde está indicado no artigo 22 da lei supracitada que diz: “Art. 22. A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

No ano de 1998, o Ministério da Educação e Desporto cria os Referenciais curriculares Nacionais para a Educação Infantil no intuito de oferecer um suporte aos professores para a melhoria do ensino nesta modalidade da Educação Básica.

Como afirma Kramer (2006), a Educação Infantil é um contexto ainda precário de políticas municipais: muitas escolas atendem a um número de crianças bem maior em relação ao espaço físico disponível para elas, há ainda uma inadequação no que diz respeito aos materiais usados nas atividades infantis e, além disso, observa-se que a formação de muitos educadores não atende especificadamente às exigências dispostas pelos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI's).

Ainda em meados de 98 foram divulgadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (CNE/CEB nº2/1998), que consiste em mais um documento que tem como objetivo orientar na construção do currículo escolar e projetos pedagógicos. O documento norteia-se a partir dos princípios apresentados a seguir:

Princípios éticos da Autonomia e da responsabilidade, da Solidariedade e do Respeito ao Bem comum; Princípios políticos dos Direitos e Deveres da Cidadania, do exercício da Criticidade e do Respeito à Ordem Democrática; Princípios Estéticos da Sensibilidade, da criatividade, da ludicidade, da qualidade e da diversidade de manifestações artísticas e culturais. (BRASIL, 1998b, p.10)

Embora as leis acima comentadas orientem e fundamentem a Educação Infantil valorizando sempre sua qualidade de ensino, constata-se que existem lacunas e dificuldades expressivas no trabalho docente destinado a essa modalidade de ensino. Tais dificuldades decorrem, inclusive, da formação docente que, em muitos casos, ainda não possui todas as condições necessárias para que o profissional desempenhe com êxito o seu trabalho. Nesse sentido, as leis que sugerem inúmeras estratégias para a mediação do ensino no país, pouco têm se destinado a favorecer o trabalho do professor capacitando-o e melhorando os recursos disponíveis à sua formação e prática docente tendo em vista que estes profissionais devem ser



devidamente capacitados e especializados para que ocorra, de fato, uma Educação de qualidade visto que não basta somente criar programas sociais voltados ao ensino, mas, sobretudo, executá-los com vistas também ao docente.

Entre os documentos nacionais divulgados relacionados às Políticas Públicas para o segmento educacional infantil, o Plano Nacional da Educação (PNE), Lei 10.172/01, discorre acerca do investimento na Educação Infantil e confere apoio às famílias e ao desenvolvimento educacional das crianças. Ao mesmo tempo, sua oferta dispõe sobre as creches e pré-escola estabelecendo 50% a melhoria da qualidade de atendimento ao público infantil de 0 a 3 anos e as crianças de 4 a 6 anos para as quais o atendimento é de 80%.

No ano de 2005 pela Lei 11.114/05 as crianças com seis anos têm seu ingresso no Ensino Fundamental após a saída da etapa educacional infantil. Segundo determinação pela Lei 11.274/06 em 2006 que estabelece o Ensino Fundamental de nove anos, com início aos seis anos de idade. Com a aprovação da EC 59/2009 tornando o ensino obrigatório no período de quatro a dezessete anos de idade, com direito à Educação ampliada e beneficiando as camadas mais pobres da sociedade brasileira onde “[...] 41% da população a ser matriculada é oriunda das famílias que se encontra entre os 20% mais pobres.” (PINTO; ALVES, 2010, p.216).

Vale ressaltar que, embora possua as leis já discutidas aqui e uma série de programas sociais destinados ao âmbito educacional, o Brasil ainda é um país cuja Educação evidencia fragilidades e muitos aspectos a serem melhorados. Nessa perspectiva, embora existam estratégias de fortalecimento da Educação Básica, verifica-se uma expressiva desigualdade social numa sociedade onde 50% da população vive em situação de pobreza.

2.1 Dificuldades de aprendizagem nas séries iniciais

As dificuldades de aprendizagem apresentam-se principalmente nas séries iniciais do âmbito educacional infantil e podem exigir, inclusive, que a criança seja avaliada por profissionais a exemplos de psicólogos e, de modo específico, psicopedagogos a fim de as dificuldades existentes sejam bem mais conhecidas e, quando necessárias, tratadas tendo em vista que é na primeira infância que as crianças podem apresentar sinais de diversos distúrbios



que podem comprometer seu desenvolvimento e, no que se refere à formação escolar, podem prejudicar o rendimento.

Nesse sentido, algumas das dificuldades mais recorrentes nesse contexto dizem respeito à leitura e a escrita e, conseqüentemente, ao domínio da oralidade prejudicando, com isso, o aprimoramento de diversos outros aspectos que dependem de tais competências.

A leitura é uma habilidade que ultrapassa o código escrito e está presente na sociedade nos mais diferentes espaços que a formam. Com efeito, a aptidão de ler e atribuir sentido ao que é lido é um dos grandes desafios de pais e educadores e exige, para tanto, todo um cuidado na formação inicial dos sujeitos sendo, com isso, a qualidade da Educação Infantil um fator preponderante para a formação de leitores críticos e letrados.

Sobre esse assunto, Santos (s/d, p.05) ressalta, ainda, que:

O texto deve estimular a criança a desenvolver suas potencialidades por meio das possibilidades que o mundo da fantasia pode inspirar. Não podemos subestimar o poder de apreensão de jovens leitores oferecendo-lhes textos que pouco contribuem para sua formação literária. Para satisfazer a necessidade das crianças de fugir à monotonia do cotidiano e vivenciar situações de natureza mágica, as histórias devem ser escritas com simplicidade e clareza, devem ser emocionantes e lineares, bastante compreensíveis.

Justamente, Coelho e Machado (2015) reforçam que é na Educação Infantil que a criança tem a oportunidade de conhecer a leitura de modo formal. Neste sentido, se ela traz de casa o hábito da leitura, o ensino na escola é favorecido. Caso isso não ocorra, é necessário todo um processo de conquista em prol da leitura prazerosa ou, leitura deleite, cuja mesma tenha sentido para a criança.

Silva (2009) confirma a ideia acima mencionada ao enfatizar que a educação voltada à construção de subjetividades autônomas demanda, essencialmente, de uma pedagogia que oportunize ao aprendiz aprender a pensar e decifrar as relações de poder inerentes ao percurso social e político. Assim, para o sujeito tornar-se autônomo, ele precisa aprender a estabelecer conexões entre as diversas dimensões do processo social, político e cultural.

Assim, quando uma criança não consegue assimilar conteúdo, ela tende a apresentar problemas no avanço escolar. Na escrita, por exemplo, quando não diferencia letras como: b/d; p/q e também confunde a sonoridade de tais símbolos ela tende a se mostrar desinteressada pela escrita e evidencia expressiva dificuldade em ler e acompanhar o ritmo da



turma. O exemplo citado aponta para a necessidade de buscar conhecer de forma aprofundada o problema no intuito de solucioná-lo da melhor maneira possível e cabível.

Vale ressaltar que, a criança que não possui uma formação inicial adequada tende a ter dificuldades de aprendizagem ao longo de toda a sua formação acadêmica e tais desafios podem levar à evasão escolar. Nessa perspectiva, quanto mais cedo a criança é avaliada mais cedo responsáveis e educadores terão conhecimento de seus problemas e, nos casos específicos, se diagnosticado algum distúrbio, mais rápida pode ser alcançada a resolução partindo de metodologias adequadas para saná-lo. Para tanto, a atenção do educador em sala de aula é primordial pois ele é o mais apto a perceber e elencar as principais dificuldades de aprendizagem de seus alunos colaborando diretamente para que este desenvolva seus talentos.

Quando a criança entende o que lê de forma aprofundada a escrita ocorre de maneira diferente uma vez que a criança aprenderá a relacionar o som das letras e, conseqüentemente, formará palavras. Dessa maneira, de acordo com Pinheiro (1994):

A direção do processo de leitura é, pois, da letra ao som e do processo de escrita e do som para letra. Para a decodificação impõe-se o domínio de regras de correspondência grafema-fonema e, para a codificação, o conhecimento de regras de correspondência fonema-grafema. As regras de decodificação para a leitura e as de codificação para a escrita são diferentes em natureza e número, o que dá origem a outra diferença básica entre leitura e escrita.

Para a criança, aprender a ler e escrever envolve detalhes que nem sempre serão assimilados de imediato, fator que pode dificultar o processo. Ainda, no que compete à oralidade, torna-se evidente a importância de estratégias de ensino que privilegiem esse saber já nas primeiras séries visto que a linguagem oral é indispensável para que o aluno se desenvolva tanto no ambiente escolar quanto na sociedade pois essa competência é essencial para a comunicação e desenvoltura dos sujeitos.

Com efeito, Lerner (2002) aborda a magia da leitura que possibilita o conhecimento de outros mundos alcançados através da imaginação. É, deste modo, uma constante problematização da realidade para compreendê-la melhor, é tomar distância do texto e assumir uma postura crítica frente ao que ele veicula e ao que pretende dizer.

Carvalho (1989) corrobora com a abordagem de Lerner (2002) ao sublinhar a forte criatividade da criança. Entretanto, para que essa criatividade flua de forma expansiva, o



aprendiz precisa de matéria-prima sadia e de beleza para organizar seu “mundo mágico” onde ela inventa e reinventa, realizando tudo que pretende. Desta maneira, esta é “ uma forma de conquista de liberdade, que produzirá bons frutos, como a terra agreste, que se aduba e enriquece, produz frutos sazonados. ” (CARVALHO, 1989, p.21).

Para tanto, um profissional engajado que busca ter êxito nas suas atividades, principalmente na área da Educação Infantil deve priorizar em seu planejamento as atividades que envolvam a fala e também a escuta de outras opiniões e percepções dos assuntos trabalhos em sala de aula com a finalidade de estimular a oralidade dos pequenos. Em contrapartida, quando a oralidade não é explorada, os alunos provavelmente apresentarão dificuldades em se expressar através da fala dificultando, sobretudo, a sua interação com os demais colegas.

Segundo o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998, p.120):

A aprendizagem oral possibilita comunicar ideias, pensamentos e interações de diversas naturezas, influenciar o outro e estabelecer relações interpessoais. Seu aprendizado acontece dentro de um contexto. Quanto mais as crianças puderem falar em situações diferentes, mais poderão desenvolver suas capacidades comunicativas de maneira significativa.

Quando se criam oportunidades de usar a oralidade através de atividades que englobem roda de conversa, histórias infantis, por exemplo, os horizontes das crianças se alargam tornando-as mais participativas, comunicativas e inibindo o receio de falar em qualquer situação de qualquer espaço da sociedade da qual são membros.

Vale dizer, ainda, que não basta que o professor se atenha a coisas que as crianças falam de forma aleatória, muitas vezes a respeito das suas vivências diárias. “Embora tais assuntos sejam importantes e possam ser utilizados na aprendizagem, é necessário que o educador trabalhe atividades que estejam ligadas à expansão da oralidade conforme enfatiza Dias (2001, p.36) ao observar que” não se trata, simplesmente, de se ensinar a criança a falar, mas de desenvolver sua oralidade e saber lidar com ela nas mais diversas situações. ”

Justamente, Chaer e Guimarães (2012) observam que quando a criança se expressa oralmente ela amplia os seus horizontes de comunicação, exercitando seu pensamento, expondo suas opiniões, desenvolvendo a capacidade argumentativa, exprimindo sentimentos de forma mais espontânea. Com isso, ao longo da sua formação, ela estará se preparando para adentrar num mercado de trabalho e terá, assim, condições de se expressar facilmente em



público. Nesta perspectiva, “o desenvolvimento da oralidade significa para ela uma habilidade imprescindível para o convívio social nas mais diversas instâncias.” (CHAER E GUIMARÃES, 2012, p.73)

Outra dificuldade que pode surgir nos anos iniciais diz respeito à interação da criança com o educador e com os demais colegas. A interação entre as pessoas, desde a infância até a idade adulta, sempre esteve a favor da aprendizagem e da comunicação. Sem a interação, as pessoas aprendem menos, pois têm menos oportunidades de conhecer outros pontos de vistas e de agregar aos seus saberes outros saberes que provêm da vida numa coletividade, do diálogo e da junção de ideias com as demais pessoas que vivem ao seu entorno. No âmbito escolar, Tebar (2011, p.2115) assegura que “a interação entre o professor e os alunos na sala de aula é a situação comunicativa mais real que existe.”

Algumas crianças evidenciam uma timidez exacerbada não interagindo até mesmo com o próprio professor por elas responsável. Tal característica, quando não considerada e evitada, pode resultar em dificuldades de aprendizagem para toda a vida da pessoa.

Contudo, quando identificado o problema e trabalhado, através da mediação do educador por meio de atividades dinâmicas, em duplas ou grupos desde a primeira infância, a criança terá aumentada a chance de desenvolver uma interação adequada expandido seu conhecimento e curiosidade por novas ideias. Desse modo ” a mediação é uma forma de interação que engloba todos os âmbitos da vida dos educandos. ” (TEBAR, *idem*, p.114)

De acordo com Oliveira, Mello e Vitória (2011), desde o nascimento a criança interage, quando se comunica, dialoga com a mãe, transforma-se interiormente possibilitando novas formas de pensar. As crianças já são inseridas em um mundo de diálogo e quando se dirigem umas às outras e à outras pessoas, vivenciam esse diálogo.

As dificuldades acima discutidas estão relacionadas entre si pois existem muitas crianças que não dominam a escrita enquanto outras não dominam a oralidade ou a leitura sendo que todas essas competências possuem uma ligação estreita e são, igualmente, necessárias desde os primeiros anos escolares. Porém, desde que o professor busque ferramentas de ensino e estratégias que objetivem solucionar essas e quaisquer dificuldades que venham a surgir, o aprendizado será mais proveitoso e possível de ser bem-sucedido.



2.2 Estratégias de ensino com o lúdico na infância

Diversos estudos têm apontado que uma das principais alternativas para que ocorra um ensino de qualidade na Educação Infantil é a utilização de atividades embasadas na ludicidade.

Com efeito, o ato de brincar tem se mostrado, ao longo das décadas, uma significativa ferramenta de ensino, sobretudo nessa etapa da formação sendo, por esta razão, uma das metodologias buscadas por vários educadores que prezam a aprendizagem dos seus alunos.

Nesse seguimento, quando dinâmicas lúdicas envolvendo o ensino são expostas em sala de aula a possibilidade de expandir os saberes dos alunos tende a ser aumentada. Isso acontece também pelo fato de que essas atividades facilitam a interação e minimizam, ao longo do tempo, dificuldades de oralidade, timidez exacerbada que são características que podem prejudicar as crianças no que compete ao seu desempenho escolar.

Segundo Paulo Freire (1997) o ensino só pode ser considerado exitoso se ocorreu, de fato, a aprendizagem efetiva dos conteúdos. É indispensável, para tanto, buscar meios que garantam a aprendizagem do aluno e foi nessa busca que ao longo dos anos surgiu o lúdico com o intuito de desenvolver ao máximo as potencialidades dos alunos através de jogos e brincadeiras.

Com efeito, quando os jogos educativos são inseridos na rotina da criança, ocorre um maior aproveitamento dos seus saberes e, gradualmente, a aprendizagem de novas coisas. Sendo assim, o brinquedo se torna algo especial quando a crianças se envolve com este não só no que compete à sua diversão, mas utilizando-o como suporte para a sua aprendizagem. Desse modo, inconscientemente aquela brincadeira ou brinquedo tende a alargar o universo de expectativas da criança ao mesmo tempo em que lhe favorece à interação com professor e demais colegas.

O brinquedo tem uma forte influência sobre a criança principalmente as menores que apresentam dificuldade de aprender, pois é uma estratégia encontrada para o desenvolvimento desse público visto que “... é enorme a influência do brinquedo no desenvolvimento da criança. Aprender a agir numa esfera cognitiva, ao invés de uma esfera externa dependendo das motivações e tendências internas e não por incentivo, por objetos externos.” (VYGOTSKY, 1989, p.109)



Cabe ao professor preparar materiais que abordem amplamente várias áreas do conhecimento da Educação Infantil contribuindo, assim, para a melhor aprendizagem dos alunos e, em especial, daquelas crianças que apresentem algumas limitações de modo que, por meio do lúdico, haja um maior prazer pelos estudos.

Lima (1992) argumenta que não há nada que a criança precise saber que não possa ser aprendido através do brincar, pois a presença do lúdico no processo de ensino-aprendizagem do aluno facilita seu desenvolvimento e auxilia na construção de conhecimentos.

O lúdico é de grande influência na vida de qualquer criança, pois em atividades propostas para a sala de aula envolvendo brincadeiras e jogos, há um maior entrosamento e vontade dos alunos e é justamente por isso que “as aulas lúdicas parecem preencher uma importante lacuna: a *catarse* da alegria, além do afeto mútuo envolvendo professor/criança e crianças/crianças.” (MIRANDA, 1964, p.83)

Em vista disso, o lúdico tem ganhado cada vez mais espaço no setor educacional e principalmente na Educação Infantil, pois em todas as modalidades, a ludicidade é usada de maneira que traga o próprio aluno a participar por vontade própria das atividades, tornando-se satisfatório o processo tanto para o professor quanto para a criança visto que “a ludicidade poderia ser a fonte facilitadora de aprendizagem se o professor pudesse pensar e questionar-se sobre sua forma de ensinar relacionando a utilização do lúdico como fator motivante de qualquer tipo de aula.” (CAMPOS, 1993, p.25)

Na contemporaneidade ainda existe uma dificuldade por parte dos pais em relacionar a brincadeira com o aprendizado haja vista que muitos deles enxergam esse tipo de método como algo sem rendimento que pode, ao invés de expandir os saberes da criança, prejudicar a sua continuidade nos estudos. Sobre a importância da ludicidade na escola, Dohme (2003, p.11) afirma que:

Separar o aprender do brincar tem a anuência da maioria dos pais, sendo que alguns se afligem quando seus filhos trazem para casa indícios que brincaram na escola, sem se preocuparem em procurar saber se isto foi estratégia de ensino, algo prazeroso na vivência da criança.

Ainda, vale pontuar que a criança possui um fator muito relevante para sua aprendizagem mesmo ela tendo alguma dificuldade pelo fato de que a criança não costuma se



mostrar indiferente ao novo e não apresenta medo de cometer erros, características que, aliadas à curiosidade inerente à essa fase da vida, tende a ser determinante para que a criança absorva cada vez mais conhecimento e experiências.

2.3 Vulnerabilidade das crianças dentro da aprendizagem

Percebe-se que a desigualdade social que ainda vigora no Brasil reflete, sobretudo, na Educação da sociedade. Nesse sentido vale destacar que existe uma significativa parcela da população brasileira que sofre preconceito em virtude de ser integrante de uma parte menos favorecida ocupando, assim, uma posição social vulnerável em comparação com outros grupos.

Dessa maneira, quando a criança nasce em famílias desestruturadas, é tendencioso que a mesma se torne vulnerável no que compete ao seu aprendizado cujo mesmo pode mostrar-se lento e a criança pode apresentar dificuldades de absorver os conteúdos de forma rápida. Nesse contexto, enquadram-se as crianças pertencentes às comunidades familiares que apresentam diversos conflitos, inclusive, violência doméstica e extrema pobreza, fatores que dificultam o progresso do aprendiz na sua formação escolar. Assim, de acordo com Ferreira e Marturano (2002, p.39): “crianças provenientes de famílias que vivem com dificuldades econômicas e habitam em comunidades vulneráveis tendem a apresentar mais problemas de desempenho escolar e de comportamento.”

Crianças que moram em comunidades de periferia e vivem em estado de extrema pobreza ficam, muitas vezes, expostas ao álcool e às demais drogas e evidenciam expressiva carência de afeto. Esse público, quase sempre, não possui muitas oportunidades de desenvolvimento e, por esta razão, crescem fragilizados. Deste modo “as populações atingem um elevado grau de vulnerabilidade que não podem ter a capacidade de escolher ou negar aquilo que lhes é oferecido.” (SILVA, 2007, p.03)

É importante ressaltar, também, a vulnerabilidade cultural que se reflete na falta de acesso que muitas crianças têm frente às manifestações culturais pertencentes à sua esfera social. Com isso, muitos aprendizes desconhecem as músicas, crenças, até mesmo valores comuns ao povo do qual fazem parte.



Segundo Fonseca (1995) a dificuldade de aprendizagem é um aspecto antigo. No século XII e XIV, a criança só poderia ingressar na escola aos treze anos de idade. Nisto, só a partir do século XVI, os jesuítas possibilitaram a inclusão de crianças de classes de nível alto a fim de que estas pudessem adentrar a escola a partir dos sete anos de idade.

Há fatores apontados como as principais causas para que a criança venha a ter dificuldade de aprendizagem, tais como: a fome; desmotivação por parte da família e dos professores; famílias desestruturadas através dos problemas acima citados que podem culminar com o insucesso do avanço acadêmico dos aprendizes. Nessa perspectiva, Campos (1979, p.33) argumenta que:

A aprendizagem envolve o uso e o desenvolvimento e todos os poderes, capacidades, potencialidades do homem tanto físicas quanto mentais e afetivas, isto significa que aprendizagem não pode ser considerada somente como um processo de memorização ou que emprega apenas o conjunto das funções mentais ou unicamente os elementos físicos ou emocionais, pois todos esses aspectos são necessários.

Quando a criança possui uma boa saúde tanto física quanto mental é notório que a sua aprendizagem se torna mais fácil. Por outro lado, quando a criança não possui: maturação, afeto ou até mesmo quando é submetida a uma proposta pedagógica usada inadequadamente, é perceptível que há um retrocesso na apreensão desses saberes. Com efeito, dentre as dificuldades recorrentes na Educação Infantil, destacam-se: dislexia; discalculia; síndrome de Asperger; autismo; Transtorno de Déficit de Atenção (TDAH); hiperatividade; Transtorno Opositivo Desafiador (TOD); transtorno bipolar; síndrome de Tourette; esquizofrenia infantil, fobia social e ainda, alta habilidades (superdotação).

A dislexia caracteriza-se pela dificuldade da criança em ler e interpretar textos simples, confundindo sons e letras parecidas. De acordo com Martins (2003):

A dislexia é uma dificuldade específica de leitura. É um transtorno inesperado que professores e pais observam no desempenho leitor da criança. Os sintomas da dislexia podem ser observados no ato de ler, de escrever ou de soletrar.

Discalculia é diagnosticada em crianças que não conseguem ler e interpretar questões matemáticas, decodificar símbolos, números e gráficos. Nesse sentido, não somente para aqueles alunos que apresentem esse caso, mas de forma geral, é oportuno que os professores busquem estratégias de ensino que envolvam jogos matemáticos em suas aulas com o intuito



de desenvolver o raciocínio lógico dos seus educandos. Em face a isto, Moura (2006, p.80) analisa que:

Neste aspecto, o jogo na matemática passa a ter o caráter de material de ensino quando considerado promotor de aprendizagem. A criança, colocada diante de situações lúdicas, aprende a estrutura lógica da brincadeira e deste modo, apreende também a estrutura matemática presente.

Trabalhar a matemática através de situações lúdicas, envolvendo brincadeiras voltadas principalmente para crianças que tenham discalculia, trará bons resultados garantindo, gradualmente, uma melhoria na sua apreensão dos saberes matemáticos.

A síndrome de Asperger costuma se manifestar na primeira infância e seu principal indício são a dificuldade em interações sociais e na compreensão da comunicação não-verbal. Justamente, por essa razão, as crianças portadoras desse problema podem e devem frequentar a sala de aula regular principalmente como forma de garantir a sua inclusão no ambiente escolar. Entretanto, é necessário que a equipe pedagógica responsável pelo trabalho com essa criança, trace propostas de atividades que se destinem à sua realidade tendo sempre o acompanhamento de terapeutas, psicólogos, psicopedagogos para o maior desenvolvimento desses aprendizes.

O autismo é uma dificuldade que se reflete principalmente na incapacidade de interação com as demais pessoas. A criança autista tem uma grande dificuldade de dialogar com os demais, não gosta de abraços e outros gestos de afeto e atividades em grupos não a atrai. Contudo, apesar dessa evidente resistência em socializar, é indispensável buscar atividades que se destinem, também, a crianças autistas como forma de atenuar e, gradativamente, encurtar a distância entre ela e os demais colegas no processo de sua formação.

O TDA – Transtorno de Déficit de Atenção é indicado por uma extrema dificuldade que a criança apresenta em manter sua atenção sendo, assim, muito difícil concentrar-se em diversas atividades sobretudo na sala de aula. As crianças portadoras desse distúrbio dificilmente mantêm sua concentração em atividades por longo tempo perdendo, com isso, a capacidade de se ater à detalhes mesmo quando se trata da escolha de brinquedos.



A hiperatividade é um distúrbio que reflete, essencialmente, no comportamento das crianças. Comumente, está associado a outras dificuldades a exemplo do TDA detalhado anteriormente. Crianças hiperativas denotam uma forte inquietação que as faz movimentar-se além do normal daí, justamente, o termo “hiperatividade”. Embora esteja relacionado ao TODA não implica dizer que a criança apresentará os dois distúrbios sendo, em todos os casos, de extrema importância procurar profissionais aptos para o diagnóstico e acompanhamento de cada dificuldade.

Por sua vez, quando a criança sinaliza portar o transtorno opositivo desafiador - TOD, é comum que sejam caracterizadas pelas pessoas com quem convivem e/ou estudam como crianças “difíceis” de lidar e mesmo “maldosas.” Tal percepção está atrelada ao fato de que as crianças portadoras de TOD apresentam instabilidade de humor se mostrando, quase sempre, muito irritadas. Além disso, o comportamento dessas crianças evidencia uma postura agressiva, desafiadora e índole vingativa e na maioria dos casos, os sintomas são percebidos antes dos oito anos de idade.

O transtorno bipolar é uma doença grave que pode surgir após episódios de agressões vivenciados na infância. Esse problema é caracterizado por ocasionar um transtorno de duplas personalidade onde o portador apresenta momentos de bom humor e em outros momentos se mostram extremamente melancólicos ou agressivos.

Com efeito, o transtorno bipolar ou bipolaridade confirma o posicionamento de Campas (2006) ao enfatizar que, quando se é exposto a situações estressantes e condições crônicas de adversidade, seja de maior ou menor grau, há uma predisposição ao desenvolvimento de problemas de saúde físicos e mentais.

A síndrome de tourette é uma desordem que se manifesta na infância e que, dentre outros aspectos, é identificada por tiques múltiplos motores ou vocais ocorrendo em ondas, com frequência e intensidade variadas.

Os sintomas da esquizofrenia infantil se assemelham aos sintomas do autismo, no entanto, aquela apresenta-se tardiamente enquanto que o autismo se manifesta nos primeiros anos de vida. Porém, a esquizofrenia também pode se desencadear em pessoas autistas e, nesses casos, é indicada a investigação em pessoas com autismo quando as mesmas sofrem alucinações ou delírios com frequência no período de pelo menos um mês. (DSN – IV- TR, 2003).



A fobia social é um dos mais difíceis distúrbios a serem enfrentados pelas pessoas nas mais diferentes faixas etárias. Essa desordem se caracteriza pelo medo que os portadores manifestam de falar diante de outras pessoas culminando, quase sempre, num intenso desejo de isolamento. Crianças portadoras de fobias tendem a se mostrar nervosas em situações que tenham que utilizar da oralidade.

O termo superdotação refere-se à pessoa que apresenta capacidade cognitiva acima da média. Nesse sentido, não se trata – necessariamente- de uma dificuldade e sim de uma capacidade nata de aprendizagem para além da faixa etária do indivíduo. Por essa razão, é denominada também de “altas habilidades” e seu principal indício consiste numa grande facilidade de absorção dos conhecimentos que faz com que as pessoas superdotadas avancem na sua formação acadêmica e se destaquem por sua intelectualidade avançada. Entretanto, pode se tornar uma dificuldade em decorrência do bullying que essas pessoas sofrem, sobretudo na infância, em virtude de um certo distanciamento que a inteligência aguçada culmina por conferir em relação às demais crianças da mesma idade.

2.4 Relação professor- aluno

É inegável que quando há uma relação de aproximação entre professor e aluno de forma a tornar-se, assim, o convívio entre os mesmos prazerosos, a aprendizagem tende a ser favorecida. Para tanto, é oportuno que o professor busque propostas de atividades quer sejam através de jogos ou de outros métodos cabíveis que tragam o interesse dos discentes para a realização das atividades propostas. Nessa perspectiva, é interessante propor que os mesmos realizem essas atividades espontaneamente sem que as vejam como uma obrigação a ser cumprida envolvendo-se diretamente com elas. Com base nesses aspectos, Miranda afirma que:

O aprender se torna mais interessante quando o aluno se sente competente pelas atitudes e métodos de motivação em sala de aula. O prazer pelo aprender não é uma atividade que surge espontaneamente nos alunos, pois, não é uma tarefa que comprem com satisfação, sendo em alguns casos encarada como obrigação. Para que isto possa ser mais bem desenvolvido, o professor deve despertar a curiosidade dos alunos, acompanhando suas ações no desenrolar das atividades em sala de aula. (MIRANDA, 2008, p.03)



O educador deve despertar a satisfação dos seus alunos para o processo de ensino-aprendizagem educacional no intuito de que os mesmos ao desenrolar de suas atividades escolares adquiram conhecimentos necessários para seu maior desenvolvimento acadêmico.

A aproximação entre professor e aluno é um fator contribuinte para a aprendizagem, estabelecendo entre ambas as partes o respeito, o afeto e proporcionando segurança ao professor para trabalhar com profissionalismo e atenção necessários.

No entanto, observa-se que há muitos professores que não sabem trabalhar com as diferentes dificuldades que os alunos evidenciam. De acordo com Belotti (2011) ainda existem muitos educadores que têm extrema dificuldade em comunicarem-se com seus alunos. Esse fator se deve, muitas vezes, em razão à desqualificação de alguns desses profissionais sobretudo no que tange às limitações das crianças. Ainda sobre essa temática, Belotti (2011) argumenta que:

O diálogo professor-aluno torna-se fundamental na mediação dos conhecimentos, pois essa proposta não se baseia em comandos e em repetições mecânicas. O professor deve envolver-se na mediação dos conhecimentos, não se limitando a uma simples troca de ideias, pois as relações sociais incidem sobre o processo de ensino aprendizagem. (BELOTTI, 2011, p.08)

O educador precisa ter o diálogo como princípio de sua prática haja vista que esse hábito favorece o processo educativo. Nesse sentido, é importante utilizar atividades dinâmicas que envolvam toda a turma para que, gradativamente, os alunos mostrem as suas reais capacidades e limitações dentro da aprendizagem uma vez que “ a interação que professor e aluno estabelecem na escola, os fatores afetivos e cognitivos de ambos exercem influência decisiva na promoção do ensino. Na interação, cada parceiro busca o atendimento de alguns de seus desejos. ” (DAVIS; OLIVEIRA, 1993, p.84).

Quando o professor aprimora a sua formação e se aprofunda em conhecer os seus alunos torna-se mais fácil lidar com as suas dificuldades e desenvolver um plano de aula voltado à resolução destas. Tais dificuldades dizem respeito não somente à aprendizagem, mas inclusive, aos problemas de caráter econômico e cultural que cercam a vida das crianças tendo, deste modo, um profundo impacto na sua vida para além do âmbito familiar.

Vale frisar que existem educadores extremamente severos que assumem uma postura intransigente se excedendo na forma de tratar os discentes e conduzir a prática em sala de



aula. Com efeito, esse comportamento hostil tende a afastar as crianças prejudicando expressivamente a sua interação com o educador e, por vezes, estimulando o desejo de evasão do ambiente escolar. São aspectos que podem ter consequências danosas para a formação acadêmica e pessoal dos indivíduos.

Para Almeida (2010) o professor jamais pode esquecer seu importante papel como coordenador e aquele que direciona, observa e intervém dando soluções aos processos grupais e apoiando para chegar ao melhor caminho. Seu principal objetivo não é só mostrar seus conhecimentos, mas ver como eles se desenvolvem em meio ao processo de ensino aprendizagem no que se refere aos conceitos, aos valores e mesmo ao comportamento que é perpassado aos alunos.

A afetividade é uma das principais formas que o professor pode encontrar para se comunicar mais amplamente com a turma para que entre discente e docente haja o respeito e a amizade colaborando, também, para uma boa Educação e facilitando o processo de aquisição das competências que são apresentadas nas séries iniciais. Desta maneira, “ a aprendizagem ocorre por meio das interações sociais e estas originadas por meio dos vínculos que estabelecemos com os outros, pode-se dizer que toda a aprendizagem está impregnada de afetividade.” (GOLDANE, 2010, p.13)

Neste sentido, desde cedo é possível que o educador ensine aos seus alunos a relevância das interações sociais para a sua evolução pessoal e cognitiva. Nisto, através dessas relações, a criança terá meios de se tornar um cidadão que se sentirá seguro em expressar suas percepções em diferentes situações em convívio com a sua comunidade.

Isto posto, o pedagogo é um profissional que deve aliar ao seu profissionalismo, o afeto aos seus alunos tendo em vista que ele mediará o saber para crianças que precisam de cuidados maiores e, inclusive, tendem a responder melhor ao processo de aquisição do saber quando educadas com respeito e carinho. Nessa perspectiva, o pedagogo tem a grande responsabilidade de preparar o educando para as séries posteriores sendo, com efeito, de extrema importância para a adaptação dos discentes ao ambiente da escola e a sua dinâmica particular. Em vista disso, pode-se verificar que uma aprendizagem satisfatória deriva do comprometimento e bom relacionamento entre o professor e seus alunos, especialmente, no contexto educacional infantil.



Para Freire (1997), na escola foi inserido o termo pedagogia do afeto para denominar a busca da afetividade na sala de aula. De acordo com essa pedagogia, o ambiente escolar não se limita ao repasse e acúmulo de conhecimentos, mas também, deve propiciar relações pautadas no afeto envolvendo a amizade e o respeito às diferenças. Segundo o pensamento freireano, essa estratégia de ensino transforma o ambiente em que as crianças estudam num espaço agradável para que a aprendizagem flua naturalmente. Ainda, Freire (1997) ressalta que não há Educação sem amor tendo em vista que a profissão exige a sensibilidade e dedicação do educador e, sobretudo, o amor por cada criança que lhe é confiada ao ensino.

Contudo, observa-se que nem sempre existiu essa relação tão próxima entre professor e aluno. No período em que o método tradicionalista de ensino prevalecia no Brasil, o professor era considerado um mediador detentor absoluto do saber enquanto que, ao aluno, cabia apenas receber as instruções que lhes eram dadas. Neste modelo de Educação não existia uma relação dialógica e a falta de aproximação desfavorecia o afeto entre alunos e professores. Uma das principais características do método tradicionalista era a postura autoritária do educador que exigia, então, o respeito e obediência totais às suas instruções sendo, assim, considerado inadmissível contestar o que ele ministrava nas aulas.

Com efeito, apesar das grandes mudanças que a Educação vem passando ao longo das décadas, ainda existem professores que aderem aos métodos tradicionais mostrando-se, com isso, contrários às inovações que vêm surgindo e em muito tem expandido as possibilidades no contexto educativo brasileiro. Porém, embora ainda exista essa parcela de educadores firmemente orientados pelo ensino tradicional, vê-se uma grande maioria de educadores que estabelecem – desde a sua formação – uma relação de diálogo com as teorias de modo que possam pôr em prática as ideias que lhes são transmitidas da melhor forma possível sempre com o intuito de ampliar as possibilidades de aquisição do conhecimento dos seus alunos.

Deste modo, partido dos aspectos acima abordados e elencados, fica evidente a importância da afetividade para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento global das crianças. Vale frisar, ainda, que isso não implica dizer que o educador deve se omitir da autoridade que lhe é outorgada, mas aliada à sua ética e sua sensibilidade, é possível aprimorar seu trabalho docente e estimular nas crianças o desejo de potencializar o que elas têm de melhor. Assim, por mais estreitos que sejam os laços com seus alunos, o professor



precisa estabelecer limites e não se deixar influenciar de modo que se omita da sua função de educador.

2.5 O ambiente escolar

A criança, ao ser inserida numa determinada conjuntura social, experiência diferentes momentos e todos eles têm influência direta na forma como ela irá aprender e no que será parte integrante da sua identidade. Assim, o ambiente escolar representa um dos mais importantes contextos onde os sujeitos terão as possibilidades ampliadas de desenvolverem-se em níveis pessoais, culturais e, sobretudo, intelectuais.

Por conseguinte, quando uma criança é matriculada na escola, já na primeira infância, as suas chances de crescimento são aumentadas em razão da grande quantidade de informações e momentos de aprendizagem que a escola pode oferecer às pessoas nas mais diferentes faixas etárias. Entretanto, quando a criança faz parte de uma escola mal estruturada – seja no aspecto físico ou organizacional-, a criança pode ter reduzidas as chances de aprender satisfatoriamente pois a estrutura do ambiente escolar mostra-se inadequada ao ensino. Dessa maneira, é preciso considerar que o espaço escolar vai além da estrutura física necessitando, fundamentalmente, de uma série de fatores e recursos – principalmente humanos – para que seja desenvolvido um trabalho bem-sucedido. Nisto, de acordo com Davis:

O espaço escolar não é apenas um continente, um recipiente que abriga alunos, livros, professores, um local em que se realizem atividades de aprendizagem. Mas é também um conteúdo, ele mesmo educativo. Escola é mais do que 4 paredes, é clima, espírito de trabalho, produção de aprendizagem, relações sociais de formação de pessoas. O espaço tem que gerar ideias, sentimentos, movimentos no sentido da busca do conhecimento, tem que despertar interesse em aprender, além de ser algo alegre, aprazível e confortável, tem que ser pedagógico. (DAVIS, 1993, p.53)

Ora, o discurso exposto no fragmento acima ratifica a importância de se adequar o ambiente escolar para que as crianças se sintam acolhidas e gostem do local aprendendo de forma saudável e espontânea os conteúdos que lhes são transmitidos. Essa característica torna-se ainda mais relevante para aquelas crianças que passam a maior parte do dia na escola ou



mesmo em creches interagindo com outras crianças e com adultos que são responsáveis por cuidá-las e ensiná-las.

Orientando-se a partir desses aspectos, a escola torna-se um ambiente favorável ao saber e à troca de experiências e de formas de concepção do mundo e de tudo que o compõe. Além disso, as crianças aprendem a socializar e conhecem, na prática, valores como: respeito, solidariedade, amizade, responsabilidade e ética tão importantes para a convivência harmoniosa e igualitária com os demais membros da comunidade em que vivem.

De acordo com Vieira (2001) a estrutura e o funcionamento escolar estão ligados no que diz respeito à organização do sistema escolar pois a estrutura física compreende, basicamente, prédios, instalações físicas contidas no local, como por exemplo: bibliotecas; laboratórios; secretarias; salas de leitura; salas de aula; quadra; banheiros; auditório, refeitórios, entre outros espaços. Com efeito, é indispensável que haja um bom funcionamento em cada um desses locais desde a instalação, limpeza até a devida utilização dos mesmos e para que isso aconteça a escola precisa da colaboração de todos os seus funcionários desde a equipe responsável pela limpeza e organização do ambiente até os alunos que podem e devem ser ensinados a auxiliar, também, para manter a escola em ordem.

Vale destacar que, algumas escolas embora apresentem uma estrutura física adequada possui, no entanto, problemas no que diz respeito à equipe de profissionais que nela atuam.

Nesse sentido, quando os profissionais membros da escola apresentam dificuldades quer sejam elas de adaptação à dinâmica da instituição, quer sejam elas no despreparo para a docência – no caso dos educadores – o ensino tende a ser prejudicado impossibilitando, com isso, o progresso das atividades a serem desenvolvidas. Dessa maneira, é sempre oportuno buscar resolver eventuais problemas de convivência ou aplicação do trabalho para que todas as partes integrantes do percurso educacional tenham chances de expandirem seus conhecimentos e atenderem às expectativas no que compete à formação escolar.

Nessa perspectiva, é inegável que sempre existirão dificuldades a serem sanadas e, justamente, em vista disso é que a comunidade escolar precisa estar sempre aberta às mudanças necessárias ao bom desempenho de suas ações sobretudo no que tange a um ensino voltado para a cidadania. Assim, segundo Vieira:



Se é verdade que tanto a estrutura, quanto o funcionamento pode mudar, o primeiro possui um caráter determinante sobre o segundo. Quando uma reforma modifica a organização do ensino provendo novas formas de acesso, de financiamento, etc, podemos dizer que esta é uma reforma estrutural. Com certeza implicará mudanças no seu funcionamento de ensino. O contrário não é verdadeiro, várias formas de funcionamento podem corresponder a uma mesma estrutura. (VIEIRA, 2001, p.22).

Ora, os aspectos citados acima corroboram com a ideia de que a estrutura escolar é decisiva para um funcionamento de qualidade e, conseqüentemente, para um ensino de qualidade. Infelizmente, a realidade de muitas escolas brasileiras ainda se distancia do ideal para as instituições escolares. Quase sempre, nestas escolas, o ambiente é muito pequeno para acomodar o número de crianças que o frequentam ocasionando uma superlotação ou, em alguns casos, existem problemas de instalação que tornam o ambiente desagradável, quente e, por vezes, perigoso em virtude de rachaduras nas paredes ou teto dentre outros problemas de ordem estrutural.

Conforme Fonseca (1995) as mais distintas dificuldades de aprendizagem são provocadas devido a um grande número de alunos matriculados em uma mesma escola, conforme fora mencionado acima. Com efeito, quando as salas de aula são pequenas para o número de alunos nela introduzidos é visível a dificuldade que o docente encontra em desenvolver um bom trabalho. São muitos os fatores que oportunizam essa dificuldade como por exemplo o calor e a falta de espaço para que as crianças se movimentem melhor e, inclusive, para que o educador trabalhe exercícios mais dinâmicos que demandam de maior espaço físico para o envolvimento de todas as crianças e para a condução das intervenções pedagógicas.

Contudo, os obstáculos para uma boa aprendizagem não se limitam à inadequação estrutural escolar, mas também, se referem à falta de equipamentos e metodologias de ensino inovadoras que despertem a atenção dos alunos e, ainda, que lhes possibilite resolver os entraves na sua formação gerando curiosidade e satisfação em aprender.

É grande a responsabilidade da instituição escolar visto que ela não pode ser uma fábrica de insucessos, mas devem mediar o saber de forma que as crianças se sintam respeitadas, amadas e importantes no âmbito em que vivem sendo, deste modo, considerada um lugar seguro e saudável onde as mesmas possam estar.

Nessa perspectiva, é importante considerar aqueles alunos que possuem necessidades especiais visto que a sua inclusão requer toda uma atenção por parte de Atendimento



Educacional Especializado (AEE). Muitas escolas têm certa dificuldade no que compete ao AEE e isso se deve, inclusive, à falta de informação e preparo que essas instituições têm. Além disso, algumas infelizmente não dispõem de material adequado para trabalhar com as crianças especiais e não têm o investimento devido por parte dos órgãos governamentais competentes, estes fatores ampliam o quadro de dificuldades.

Isto posto, para que esse atendimento se dê de forma bem-sucedida, é preciso investir nos recursos de tecnologia assistiva que são destinados a todas as crianças que apresentem alguma limitação física ou intelectual como forma de estimular suas competências e auxiliar, ainda, na execução de tarefas cotidianas que se tornam mais difíceis em virtude de suas limitações. Sobre tais recursos, Manzini (2005), observa que:

Estão muito próximos do nosso dia-a-dia. Ora eles nos causam impacto devido à tecnologia que apresentam, ora passam quase despercebidos. Para exemplificar, podemos chamar de tecnologia assistiva uma bengala, utilizada por nossos avós para proporcionar conforto e segurança no momento de caminhar, bem como um aparelho de amplificação utilizado por uma pessoa com surdez moderada ou mesmo veículo adaptado para uma pessoa com deficiência (MANZINI, 2005, p.82).

De acordo com a definição de Manzini (2005) pode-se inferir que são recursos de tecnologia assistiva todos os objetos ou estratégias de reduzir desconfortos ou limitações oriundas de determinados problemas, a exemplo da surdez citada no fragmento acima. Dessa forma, no que se refere ao desenvolvimento das crianças portadoras de alguma necessidade especial, esses recursos aliados à sensibilidade do educador e considerando o tempo de aprendizado de cada aluno tendem a colaborar para que a criança progrida e viva, de fato, a inclusão que merece e precisa.

Segundo Okanoetal (2004) trabalhar com dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar não é caracterizado como uma missão fácil pois algumas possibilidades a serem vistas é buscar envolver as crianças em programas especiais de ensino tendo como estratégias as salas de reforço ou auxílio para complementar e ajudar aqueles alunos que trazem consigo determinadas dificuldades até então não solucionadas.

Deste modo, muitas escolas aderem a programas reeducativos como forma de minimizar tais dificuldades e recuperar, ainda, o interesse do aluno pelos estudos. Tais



programas são implementados de modo a trabalharem as diversas áreas da Educação tentando reintegrar aqueles alunos que não conseguem se adaptar ao ambiente escolar.

2.6 A escola e a família no processo educacional

O sucesso escolar infantil decorre de uma série de fatores dentre os quais a participação dos pais ou responsáveis figura como um dos principais. Notoriamente, quando a família tem participação direta no contexto escolar é tendencioso que ocorra uma maior evolução na aprendizagem dos alunos acompanhados. Ainda, verifica-se que a criança bem assistida pelos pais adquire uma boa autoestima se sentindo importante e valorizada.

Neste sentido, há diversas maneiras que as famílias podem utilizar no intuito de participar da rotina educacional das suas crianças, como: perguntando aos mesmos como foi o seu dia na escola; orientando sempre que possível na resolução das tarefas escolares; estimulando a leitura e a escrita sobretudo quando o aluno ainda não domina essas competências; optando por livros como forma de presentear-los e lendo sempre que possível na companhia deles; participando das reuniões de pais e mestres e visitando a escola para ter conhecimento do comportamento e progresso da criança e, sobretudo, das suas limitações no percurso e prestigiando a criança em feiras expositivas realizadas pela escola além de palestras e eventos comemorativos.

É evidente que a junção da escola e família favorece o melhor aproveitamento dos saberes vistos na formação acadêmica das crianças haja vista que essa união facilita a alfabetização além de fortalecer o vínculo que os responsáveis pelos alunos precisam ter com a instituição escolar. Nessa perspectiva, é relevante conscientizar a sociedade para a atuação das famílias na Educação uma vez que é o seio familiar a primeira e mais importante instituição educadora de que dispõem as civilizações para a sua própria reinvenção e aperfeiçoamento.

Percebe-se que a responsabilidade da escola, é educar para a cidadania capacitando os alunos a buscarem através das suas habilidades meios de apreender cada vez mais saberes nas múltiplas áreas do saber que ele precisará dominar não somente para o ingresso num mercado de trabalho, mas sobretudo, para se manter nesse mercado e adquirir postura crítica e autônoma em qualquer segmento social em que seja integrado.



Desta maneira, Miranda (2010) sugere que para que a escola alcance os objetivos no ensino para a cidadania, é necessário que se substitua a lógica da homogeneidade enraizada, quase sempre, em sua ação educativa. Nesta perspectiva, deve-se privilegiar a lógica da diversidade com o intuito de atender às diferenças de seus aprendizes e atenuar, sempre que possível, os efeitos dessa desigualdade sobre os indivíduos.

As crianças são muito inteligentes e observadoras. Desde os primeiros dias de vida, costumam reproduzir todos os gestos e, posteriormente, as palavras que escutam. É indiscutível, em face a isto, a capacidade que as crianças têm de absorver conhecimentos. Por esta razão, é preciso que os pais ou responsáveis tenham muito cuidado com relação às atitudes que são tomadas diante das crianças pois segundo Nolte e Harris (2003, p.15):

As crianças são como esponjas. Absorvem tudo o que fazemos, tudo o que dizemos. Aprendem conosco o tempo todo, mesmo quando não nos damos conta de que estamos ensinando. Assim, quando adotamos um comportamento crítico – reclamando delas, dos outros e do mundo em torno de nós, estamos lhes mostrando como condenar e criticar os outros. Estamos ensinando a ver o que está errado no mundo e não o que está certo.

É preciso enfatizar que a criança, ao conviver com pais autoritários aprende a ser autoritarista pois é natural que a criança reproduza o que vê, sente e ouve sobretudo por parte daqueles com quem ela mais convive e em quem ela mais se espelha. Desta forma, a família precisará conter todo e qualquer hábito e palavras que venham a ensinar coisas indesejáveis às suas crianças. Nesse sentido, priorizar o diálogo e os gestos de carinho estimula a criança e assegura que a mesma tenha um crescimento saudável e feliz que repercutirá na sua jornada escolar.

Muitas coisas são aprendidas pela criança no convívio familiar, como por exemplo: a falar, quais alimentos têm a sua predileção bem como quais alimentos a desagradam; regras de conduta e valores bem como crenças e religião. Tudo isso é considerado como educação informal e faz parte da identidade e da cultura de cada criança devendo, por isso, ser respeitado e considerado quando a mesma for inserida no âmbito escolar. Assim sendo, “a família tem como função social transmitir a criança normas e condutas, valores e crenças, requisitos da reprodução humana para a manutenção e continuidade da vida humana na terra.” (CHINOY, 2008, p.223)



Sobre a ação educativa na família, Feijó (2008, p.108) argumenta que:

Quando preservamos valores morais e sociais, quando demonstramos interesse ao próximo, quando somos justos, honestos, equilibrados, assertivos em nossas atitudes, por modelação tenderemos a formar filhos também justos, honestos, equilibrados e interessados em valores sociais.

Quando a criança se torna um cidadão cumpridor dos seus deveres e conhecedor dos seus direitos, isso significa que a família e a escola desempenharam um bom papel diante do processo educacional da mesma. Para que isso aconteça é preciso dar espaço a uma parceria entre as duas instituições de modo que através do diálogo e da troca de experiências seja possível estabelecer quais os melhores recursos para o alcance da aprendizagem e socialização das crianças.

Nessa perspectiva, tanto a escola quanto a família serão beneficiadas tendo em vista que é através da Educação que o mundo evolui e que as pessoas têm chances igualitárias de obterem melhores condições de vida. Ainda, é por meio do saber que os sujeitos se conscientizam do valor que têm e da responsabilidade em atuar para uma sociedade inclusiva onde as diferenças sejam respeitadas e todos possam desfrutar de um espaço para vivenciarem e expressarem o que de melhor possuem desde os dons individuais até os ideais coletivos.

A família e a escola quando busca uma união entre si resulta no bom desempenho escolar das crianças tendo em vista, inclusive, que é impossível separar aluno/filho pois os dois são uma única pessoa e, baseando-se nesse aspecto ambas devem atuar para que seja feito um trabalho bom que explore as habilidades destes alunos e o conduzam a um futuro de boas oportunidades. Com isso, Parolim (2003, p.29) analisa que:

[...]. Tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola; e suas particularidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo.

Entretanto, é comum que muitas famílias acabem sobrecarregando a escola, passando toda a responsabilidade de educar seu filho para a escola. Isso decorre, inclusive, do fato de que muitos contratempos na aprendizagem se manifestam na primeira infância sendo, quase



sempre, trazidos de casa onde os familiares costumam ser os primeiros a tomarem conhecimento de tais dificuldades.

Em virtude disso e atrelado à falta de informação por parte de muitas famílias, ocorre certa dificuldade e resistência em alguns pais e responsáveis aceitarem que os filhos possuem determinada limitação ao aprender – quer seja ela momentânea ou não. Em alguns casos, há a transferência destes alunos para outras instituições escolares refletindo, assim, a importância do diálogo e do entendimento acerca de determinados entraves que ocorrem entre as crianças.

Desta maneira, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ressalta em seu artigo 4º que:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar com absoluta prioridade a efetivação dos direitos referentes à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte ou lazer, à profissionalização, à cultura, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990)

O documento supracitado reforça alguns dos direitos básicos previstos na legislação brasileira às crianças e adolescentes sublinhando, ainda, o papel da sociedade como um todo para que esses direitos sejam mantidos.

Consoante Copetti (2005), é fundamental nortear a família e os educadores para que os mesmos examinem quais métodos devem ser empregados para lidar de forma correta com seus filhos/alunos em especial com aqueles que apresentam dificuldades com os conteúdos e evidenciam um ritmo mais lento de assimilação dos assuntos. Ainda, aquelas crianças que sentem dificuldade em se adequar ao cotidiano escolar e exprimem obstáculos na interação com os demais colegas e com o professor. Algumas questões precisarão ser consideradas e pontuadas até mesmo para que o professor adapte o seu plano de aula de modo que atenda a este público. Isto posto, segundo a Constituição Federal em seu artigo 205:

[...] a Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1998).

Deste modo, com base no que fora discutido e, considerando o que prevê a Lei para a Educação Infantil, o papel da família tem tanto respaldo quanto a função da escola tendo em vista que aquela representa o primeiro espaço de aprendizagem dos indivíduos e deve



proporcionar a estes uma base para que, quando inserido na escola, ele possa buscar meios de progredir em níveis cognitivos, sociais e culturais.

2.7 A qualificação dos profissionais na aprendizagem da Educação Infantil

Para atuar no segmento educacional infantil é necessário que o professor, neste caso o pedagogo, tenha uma formação diferenciada tendo em vista que o ensino de crianças requer uma formação específica. Por se tratar da base para a formação acadêmica dos sujeitos, é nas séries iniciais que muitas capacidades são despertadas e, conforme já fora debatido, que algumas dificuldades mais expressivas serão manifestas.

Nesse sentido, a formação do pedagogo deve ser continuada visto que atuar no contexto infantil se mostra um desafio que exige que o profissional se mantenha sempre atualizado ao mesmo tempo em que media o saber para seus alunos. Além disso, é sabido que a criança possui ritmos diferenciados de apreensão do conhecimento e, ainda, que exige uma atenção redobrada tanto no que compete à sua integridade física quanto no que diz respeito ao seu bem-estar psicológico que são aspectos determinantes para sua inserção e permanência na escola além de serem necessários à interação com os demais sujeitos do processo de ensino-aprendizagem.

Isto posto, além da formação que legitimará a sua prática enquanto pedagogo faz-se oportuno que o profissional busque envolver-se em formações continuadas que sirvam de suporte para a sua prática e que lhe amplie os conhecimentos para que possa adequar e inovar nos métodos que emprega para transmitir os conteúdos. Nisto, “à medida que essa ciência da criança se democratiza, a educação infantil ganha prestígio e interessados em investir nela.” (PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, p.11)

Todo e qualquer professor que deseja se tornar um profissional qualificado precisa assumir uma postura investigativa adquirindo o hábito constante de pesquisar novas ferramentas de trabalho de modo a renovar, cotidianamente, suas habilidades teóricas e práticas. Com efeito, o educador precisa ter em mente que, assim como ele, os alunos estão em constante evolução e, por esta razão, a busca por novos caminhos e recursos pedagógicos deve ser constante e ininterrupta. Desta maneira, Imbernon (2006, p.46) argumenta que:



Falar de desenvolvimento profissional para além da formação significa reconhecer o caráter profissional específico do professor e a existência de um espaço onde este possa ser exercido. Também implica reconhecer que os professores podem ser verdadeiros agentes sociais, capazes de planejar e gerir o ensino aprendizagem além de intervir nos complexos sistemas que constituem a estrutura social e profissional.

Contudo, observa-se que ainda existem profissionais que não reconhecem a importância de se reinventarem. Costumam, neste caso, aderir às práticas tradicionalistas de ensino e, muitas vezes, apresentam expressiva dificuldade em lidar com novas tecnologias dificultando o uso destas no âmbito escolar.

Segundo Freire (1997), o professor deve ter disposição e tempo para estudar e, a partir destes estudos, o profissional terá meios de conhecer novas ideias importantes e cabíveis de serem problematizadas e exploradas com as crianças. Além disso, o hábito de pesquisar favorece a capacidade criativa do professor e estimula a elaboração de aulas mais dinâmicas e envolventes. Porém, é importante frisar que a maioria dos profissionais encontra dificuldade em manter-se assíduo em formações continuadas pela carga horária de trabalho que assumem. Infelizmente, a maioria precisa atuar em mais de um turno e esse fator representa um obstáculo para o hábito de estudar que é uma característica indissociável dos profissionais da educação quer sejam eles pedagogos ou não.

Essa realidade suscita a importância de as escolas subsidiarem o educador buscando criar meios de oferecer à sua equipe docente momentos de aprendizagem que sejam ajustados à sua rotina de trabalho. Além disso, o investimento no educador não deve partir somente do Estado através das políticas públicas destinadas a estes agentes, mas inclusive, é dever da comunidade escolar haja vista a grande importância destes profissionais para a construção da sociedade nos mais diferentes aspectos.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, foi criada principalmente para conceder um suporte para a etapa da Educação Básica. Neste intuito, a referida lei dispõe também de diretrizes para a formação dos professores e, inclusive, para aqueles que pretendem atuar na área da Educação Infantil. Assim, em seu artigo 62, a LDB estabelece que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério da educação infantil, nas quatro primeiras séries do ensino fundamental,



a oferecida em nível médio, na modalidade norma. (LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO, Art.62, 1996).

Após a criação da LDB, a Educação Infantil tem se desenvolvido bastante através da atuação docente e das pesquisas em educação voltadas à essa área. Vale frisar que é tarefa do pedagogo educar e cuidar das crianças tendo em vista que a infância exige um olhar mais atento e o acompanhamento constante destes profissionais. De acordo com Felipe (1998, p.08):

As pessoas que têm a responsabilidade de cuidar/educar crianças nesta faixa etária, desempenham um papel fundamental no processo de desenvolvimento infantil, pois servem de intérprete entre elas e o mundo que as cerca. Ao nomearem objetos, organizarem situações, expressarem sentimentos, os adultos estão cooperando para que as crianças compreendam o meio em que vivem e as normas da cultura na qual estão inseridas. Portanto, os diferentes profissionais envolvidos na Educação Infantil têm um importante tarefa a cumprir para o desenvolvimento agradável e sadio.

O discurso de Felipe (*idem*) enfatiza a importância do trabalho do pedagogo que, como fora mencionado no fragmento acima, intervêm mediando o conhecimento das coisas e de tudo que cerca a criança. Além disso, é importante que o educador tenha consciência que a criança, principalmente a de menor faixa etária, tende a captar e reproduzir todo tipo de gesto e forma de se comportar que vê os adultos utilizarem ao seu redor. Neste sentido, é preciso ter cuidado para que os gestos e as formas de se relacionar do professor ensinem coisas boas aos pequenos evitando, sobretudo, palavras ofensivas e todo e qualquer ato que represente agressividade; imoralidade; preconceito, desrespeito e intolerância.

Desta maneira, é imperativo também que o educador tenha domínio das ferramentas didáticas e dos recursos tecnológicos para que introduza não cotidiano das suas aulas essas estratégias que inovam e facilitam a exposição e trabalho de diversos conteúdos. Com efeito, quando mais apropriar-se dos recursos de mídia que podem ser trabalhados em sala de aula, das metodologias irreverentes de prática da leitura e escrita, mais o educador se aproximará dos aprendizes despertando neles a curiosidade e a vontade de estudar. Sendo assim, Kenski (2001, p.105) reforça que:

As tecnologias digitais permitem aos professores trabalhar na fronteira do conhecimento que pretende ensinar. Mais ainda, possibilitam que eles e seus alunos possam ir além e inovar, gerar informações novas não apenas no conteúdo mas também na forma como são utilizadas nos espaços redes. Para isso, além do domínio competente para promover ensino de qualidade, é preciso ter um razoável conhecimento das possibilidades e do uso do computador, das redes e demais suportes midiáticos em variadas e diferenciadas atividades de aprendizagem.



Mais do que conhecer a tecnologia o professor precisa aprender a manuseá-las e, neste aspecto, a formação continuada também pode auxiliá-lo visto que essa formação favorece o diálogo com outros profissionais e permite que todos possam trocar conhecimentos se ajudando e ensinando, também, o que já dominam e utilizam em suas salas de aula.

Isto posto, Sousa e Borges (2002) observam que o professor atuante da Educação Infantil deve ter a plena consciência do que pode provocar em uma criança para o seu desenvolvimento e sua forma de pensar. Contudo, para que isso se efetue na prática é fundamental que o profissional esteja preparado e sensível a tudo que acontece, a todos os temas de modo que possa explorá-los a fundo de seus reais significados. Notoriamente, o educador é um formador de opinião e, por essa razão, a sua prática deve ser qualitativa visto que está orientada para a construção de cidadãos críticos para atuarem em todos os espaços sociais.

Além disso, Chaer e Guimarães (2012) ressaltam que a observação e a avaliação, no processo de ensino-aprendizagem, são preponderantes para detectar pequenos progressos e entender as evoluções linguísticas dos alunos. Ora, não só no que se refere ao ensino da linguagem, mas nas demais disciplinas, a avaliação é de suma relevância para o entendimento do ritmo de aprendizagem e, mesmo, para a descoberta dos entraves no percurso. Ainda de acordo com os autores, é imprescindível que o educador tenha um caderno onde possa documentar sua prática diária nele registrando todo o progresso dos alunos bem como, os aspectos falhos reconhecidos.

2.8 A criança e a sociedade – educando para a cidadania

A criança está intimamente relacionada à esperança; à leveza; à pureza e força inventivas. Com efeito, ela carrega em si um universo de aspectos extremamente interessantes e a sua educação e proteção são aspectos primordiais para que cresça com saúde e com o acesso a todos os direitos que lhe são devidos.

Porém, algumas crianças são carregam consigo as marcas da violência – doméstica ou social; do abandono; do trabalho escravo e de diversas situações que lhe fazem ainda mais vulnerável e necessitada de ajuda. Essas crianças, em especial, quando têm início a uma vida escolar tendem a reproduzir nas suas relações o que lhes fora imputado dificultando, com isso,



a sua evolução acadêmica e sua interação com os demais integrantes da instituição escolar. Nessa perspectiva, pode-se dizer que a forma como é tratada e ensinada na infância determina o perfil de cidadã que a criança vai adquirir sendo, por conseguinte, preponderante para a construção da sua identidade e para a sua personalidade no futuro. Sendo assim, “ a realidade infantil só passou a ter um lugar em meio à sociedade, à família e à escola, adquirida por a criança como um direito, após vários anos marcada por abandono infantil. ” (SARMENTO, 2001, p.01).

Somente no ano de 1875 que foram criadas as primeiras instituições no Brasil, chamadas de Jardins-de-infância destinadas para os filhos dos ricos. A infância era debatida por médicos higienistas que tinham como propósito investir nas gerações futuras educando cidadãos admiráveis para a melhoria do país. Para Morruzzi e Tebet (2008, p.57):

As primeiras instituições de educação para crianças com idade inferior a sete anos instaladas no Brasil também receberam o nome de Jardins-de-infância e eram voltadas ao atendimento das crianças de elite, com idade entre três e seis anos, do sexo masculino e pautavam-se em um modelo de educação proposto por Froebel [...]

A Educação Infantil ou Jardins-de-infância, como eram chamados naquela época, tinha como objetivo atender apenas às crianças da elite da sociedade brasileira. Aquelas crianças menos favorecidas economicamente eram excluídas destas instituições. Assim, apenas no ano de 1899 foram criadas as primeiras unidades escolares que incluíam as crianças pobres e, a partir do ano de 1990, em concordância com a Constituição Federal de 1988, foi elaborado o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente que representou uma grande conquista em favor deste público no país reconhecendo os seus direitos perante a sociedade.

O ECA no Brasil simboliza todo um projeto voltado para os direitos humanos e para os interesses das crianças e adolescentes pois reafirma a importância de zelar pelo crescimento e proteção desses sujeitos assegurando-lhes o acesso à saúde; educação; segurança; dentre outras questões de suma relevância para seu amplo desenvolvimento e respeito na sociedade.

O Estatuto configura-se, portanto, como um dos mais importantes documentos oficiais destinados a este público, porém, ele assim como os demais não esgota em si tudo o que as crianças e adolescentes precisam ter e viver se a sociedade, de forma geral, não estabelecer meios de reivindicar tais direitos. Como toda estratégia política, só é possível o êxito se as



pessoas tiverem conhecimento, de fato, do que lhes é atribuído por direito e acompanhar o trabalho desenvolvido reclamando, quando necessário, e apontando possíveis soluções em todo o percurso da formação cidadã desses sujeitos.

Por conseguinte, embora esses direitos sejam de obrigação do Estado cabe à toda sociedade acompanhar e reivindicar o processo como forma de garantir que nenhum direito seja negado. Deste modo, Mendez (1994, p.93) afirma que:

Não parece existir dúvidas que o Estatuto da Criança e do Adolescente representa uma adequação substancial à doutrina da proteção integral, chegando mesmo, em muitos aspectos, à uma superação positiva de seus princípios básico. Tal superação se refere especificamente, tanto à inclusão minuciosa de garantias substanciais e processuais destinadas a assegurar os direitos consagrados, quanto à institucionalização da participação comunitária no controle do desenho e da execução das políticas públicas.

A junção das diretrizes contidas no ECA com a colaboração da Constituição Federal de 1988, oportunizaram que toda e qualquer criança independente de sua condição financeira, passasse a aproveitar de uma igualdade jurídica usufruindo dos mesmos direitos declarados pelos documentos supracitados. Com efeito, desde o ano de 1988 através da Constituição Federal do Brasil, a legislação estipula em seu artigo 227, que:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Toda criança e adolescente tem o direito de ter uma infância e uma adolescência saudável e feliz, com a segurança do acesso a cada direito acima mencionado. Além disso, o Estado deve trabalhar na criação de políticas públicas que ampliem as possibilidades das crianças e jovens brasileiros lhes conferindo o acesso à cultura, aos lazeres saudáveis, à devida formação educacional e ao exercício do trabalho. Nesse processo, o papel da família é determinante pois é através do acompanhamento e do apoio destes sujeitos, sobretudo nos primeiros anos da infância, que eles terão maior possibilidade de crescerem em harmonia e paz junto às demais crianças e, ainda, tendo valorizadas as suas capacidades intelectuais e pessoais.



Para tentar superar a diferença entre creches e pré-escolas e a partir de qual idade a criança teria que ser matriculada nesses espaços, a LDB – Lei de Diretrizes e Bases nº 9.394/96 cita em seu artigo 30 que: “a educação infantil será oferecida em creches para as crianças de zero a três anos de idade e em pré-escolas para crianças de quatro a seis anos.” Oferecendo, assim, a oportunidade de todas as crianças estarem inseridas na educação infantil antes de completarem o 1º ano de vida se isso for o desejo de suas famílias e não importando a condição social das mesmas.

Embora haja na Educação alguns aspectos ainda a serem melhorados, por intermédio da legislação, das pesquisas na área educacional e do trabalho de pedagogos e pedagogas em todo o país, o segmento educacional infantil tem avançado consideravelmente sobretudo no que tange às pesquisas voltadas para o melhor entendimento das teorias e práticas necessárias a serem implementadas nesse contexto.

Segundo Faria (2005) são espaços interessantes para os indivíduos, aqueles: com atividades de concentração que envolvam a folia; a fantasia; atividades que trabalhem o movimento; destacando o direito ao não-trabalho; à brincadeira e à infância através do imaginário, do lúdico e da afetividade.

Desta maneira, pode-se dizer que a cidadania se dá por um longo processo que se inicia pela Educação. Neste sentido, é indispensável mencionar que a Educação não é responsabilidade somente da escola, mas inclusive, deve começar no contexto familiar e requer ao longo da vida dos sujeitos a devida assistência das famílias para que estes se formem adequadamente em todos os aspectos necessários. Conforme Cortina (2005, p.30):

[...] A cidadania, como toda propriedade humana, é o resultado de uma prática, a aquisição de um processo que começa com educação formal (escola) informal (família, amigos, meios de comunicação, ambiente social). Porque aprendemos a ser cidadãos, como aprendemos tantas outras coisas, mas não pela repetição da lei de outros e pelo castigo, e sim chegando a ser mais profundamente nós mesmos.

Mediante o que fora discutido e partindo do entendimento acima transcrito pode-se perceber a importância da Educação para o avanço ou regresso de uma determinada sociedade. Ora, desta maneira, através da Educação e com o auxílio das instituições familiares é possível expandir o horizonte de expectativas de crianças e adolescentes e lhes formar com base em valores edificantes de modo que eles adquiram respeito pelas diferenças e, inclusive,



que enxerguem suas dificuldades não como empecilhos, mas como oportunidade de crescimento e amadurecimento.

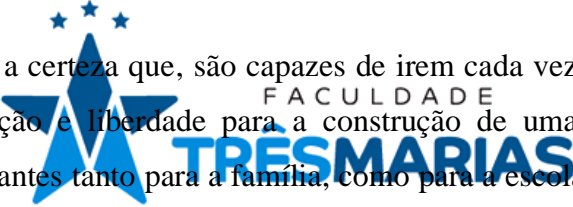
3. METODOLOGIA

3.1 TIPO DE ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico cuja mesma segundo Gil (2002) caracteriza-se pelo uso de material já elaborado na condução de uma nova análise sobre o tema escolhido. Nesta, há uma seleção de material acerca de determinado assunto, frequentemente apresentado em livros ou artigos científicos no intuito de ampliar a discussão. Onde posso contar com as opiniões de autores de renome, que ajudarão no meu crescimento acadêmico, além de um riquíssimo estudo nesta área de aprendizagem e com isso, concordo um a frase de Freire quando ele disse que: “ Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender. ” E a partir dessa frase tenho a certeza que a vida é uma escola onde podemos ensinar e aprender constantemente, levando assim, conhecimento e aprendizado a todos aqueles que desejam aprender cada vez mais, criando possibilidades para que o outro desenvolva seu próprio potencial.

Isto posto, para a construção desse estudo, priorizou-se pesquisas acadêmicas e livros que tratem da Educação Infantil bem como trabalhos voltados à discussão em torno da aprendizagem nessa etapa acadêmica. Para tanto, o trabalho aqui detalhado possui como embasamento teórico os pressupostos teórico-metodológicos de autores a exemplo de: Brasil (1996), Freire (1997), Kramer (2006), Lima (1992), Miranda (1964), Vygotsky (1989) dentre outros estudiosos. Pretende-se, a partir da leitura das obras escolhidas, refletir acerca do assunto a fim de contribuir para a discussão de forma clara e objetiva, para que de alguma forma possa ajudar aqueles que venham a ter acesso a este trabalho.

No entanto, ao pesquisar alguns autores, descobri que mesmo alguns deles pensando de forma diferente e/ou usando métodos diferenciados, no final todos tem o mesmo desejo: Criar meios e possibilidades para que todos possam ter um ensino aprendizagem de qualidade, que favoreça a vivência de experiências, possibilitando o desenvolvimento da criança para que haja socialização, onde tenham oportunidades de expressarem o que sabem, sem medo de



serem oprimidas, tendo a certeza que, são capazes de ir cada vez mais longe à busca pelo conhecimento, valorização e liberdade para a construção de uma sociedade democrática, sabendo que são importantes tanto para a família, como para a escola que tem a visão de que:

“ O aluno aprende com o professor que ensina e o professor aprende com o aluno que esta aprendendo.

4. ANALISE E DISCUSSÃO DE DADOS DA PESQUISA

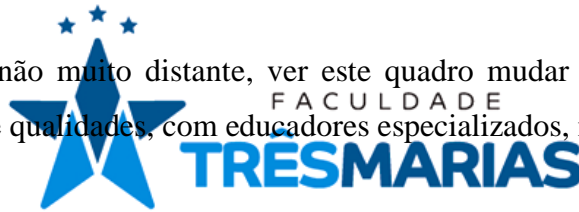
A presente pesquisa justifica-se pelo entendimento da relevância de criar oportunidades de aprendizagem que explorem de forma aprofundada as habilidades dos educandos através de metodologias lúdicas e de atividades que não se limitem ao ensino mecânico da linguagem e das noções matemáticas a fim de que os alunos possam ser alfabetizados e letrados.

Como afirma Kramer (2006), a Educação Infantil é um contexto ainda precário de políticas municipais: realmente, muitas escolas não têm espaço físico suficiente para atender a um número de crianças maior que a capacidade disponível para elas, há ainda uma falta de materiais adequados a serem usados para facilitar o ensino aprendizagem nas atividades de letramento e alfabetização do processo escolar infantil, além disso, observa-se que a formação de muitos educadores não atende especificadamente às exigências dispostas pelos Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI's).

E Mesmo tendo melhorado em alguns aspectos educacional, o nosso país ainda mostra fragilidade quanto a Educação e precisa ser melhorada em várias modalidades de ensino, começando pela formação e especialização dos professores da Educação Infantil. Pois, embora existam estratégias de fortalecimento, é visível a expressiva desigualdade na nossa sociedade, onde metade da população vive em situação de pobreza, com isso influenciando direto ou indiretamente no resultado negativo de muitas crianças da educação infantil, pelo simples fato de muitas famílias, não terem estruturas acadêmicas e com isso, a falta de conhecimento dos pais implica no desenvolvimento estudantil dos filhos, impossibilitando aos mesmos de obterem ajuda em casa para a realização de suas atividades extra-escolares.

Situação que implica na aprendizagem de muitos, pelo simples motivo de não serem alfabetizados e letrados de forma correta, com condições adequadas, por falta de recursos pedagógicos, formativos e financeiros, tanto por parte da escola como da família. Mas tenho a

esperança de um dia, não muito distante, ver este quadro mudar para melhor, onde todos possam ter educação de qualidades, com educadores especializados, mestres e doutores,



capazes de transformarem vidas, formando cidadãos decididos, conceituados e bem sucedidos, para que possamos viver numa sociedade mais justa e com igualdade social para todos. E para que isso venha a acontecer, precisamos cuidar hoje da educação das nossas crianças, investindo no potencial que cada uma traz consigo e assim, transformar as condições de precariedade em positividade, buscando sempre o incentivo, o afeto e o ensino adequado para a realidade de cada instituição de ensino.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que fora discutido ao decorrer do trabalho, pode-se inferir que a Educação Infantil, como primeira etapa de formação escolar dos indivíduos deve estar atrelada não somente ao objetivo de apresentar conteúdos curriculares, mas inclusive, de formar as crianças para a cidadania.

Neste sentido, essa etapa deve estimular não somente competências a exemplo da leitura; escrita e das noções matemáticas; mas aliado a isso, deve levar às crianças à experimentação dos valores como: respeito; tolerância; solidariedade, amizade e honestidade. Com efeito, é através dos primeiros anos e ensinamentos escolares que a criança poderá desenvolver o prazer pela aprendizagem conhecendo, também, os seus direitos e os seus deveres na sociedade da qual faz parte.

Precisamente por tratar-se da primeira etapa de Educação, é nesse segmento que as crianças evidenciarão determinados obstáculos que interferem direta ou indiretamente no seu rendimento escolar. Alguns, conforme fora detalhado no estudo, têm caráter comportamental e influenciam, dentre outros aspectos, na interação com os demais colegas e educador, bem como na apreensão efetiva dos conteúdos.

Outros, por sua vez, estão relacionados a determinadas desordens a exemplo da dislexia; da hiperatividade e do autismo cujos mesmos podem trazer danos mais sérios à evolução da criança e demandam, por esta razão, de um parecer profissional para diagnóstico, acompanhamento e tratamento de tais desordens.



Vale frisar que, independente das causas das dificuldades de aprendizagem infantis, a colaboração da família da criança é primordial para que a escola e, sobretudo, o professor possam atuar com o intuito de minimizar os danos e expandir as chances de aprendizagem dos referidos alunos.

Nessa perspectiva, o referido estudo elencou e discutiu acerca dos principais documentos oficiais destinados à Educação Infantil como por exemplo, o ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente e à LDB – Lei de Diretrizes e Bases que, embasados nos ideais da Carta Magna para este público, trouxeram diretrizes com a finalidade de melhorar a Educação Infantil no Brasil e orientar os profissionais e pesquisadores da área no que tange aos direitos e deveres das crianças e adolescentes e às potencialidades a serem exploradas nessa modalidade educacional.

Além disso, pôde-se verificar que a formação docente – em especial, do pedagogo – precisa ser bem desenvolvida para que o profissional compreenda a responsabilidade a ele atribuída e possa atrelar à teoria vista uma prática conivente com ela que trabalhe, o máximo possível, os talentos das crianças. Notoriamente, pode-se dizer que quanto mais o profissional busca inovar na sua prática, maior será a sua habilidade de lidar com as crianças e, consequentemente, com as suas dificuldades no objetivo de saná-las gradativamente.

Deste modo, a presente pesquisa pôde colaborar para o conhecimento da pesquisadora e surge, também, com a intencionalidade de expandir a discussão acerca das dificuldades de aprendizagem recorrentes nas salas de aula infantil. Com efeito, destaca-se aqui a relevância do auxílio da escola em sua inteireza para que o profissional possa trabalhar com qualidade e, ainda, da importância da presença das famílias em todo o processo para que seja possível, de fato, educar para a cidadania.



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, L.R. Wallon e a educação. **Henri Wallon: Psicologia e educação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010. P. 71-87.

ASSOCIAÇÃO AMERICANA DE PSIQUIATRIA. DSM-IV-TR: **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. 4 Ed. Rev. Porto Alegre: Artmed, 2003.

BAZÍLIO, Luiz Cavalieri; KRAMER, Sonia. **Infância, educação e direitos humanos**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

BELOTTI, Salua Helena Abdalla. **Relação professor/aluno**. Revista eletrônica. Saberes da educação. Volume.1. n° 1, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: MEC/SEF, 1990.

_____. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: www.mec.gov.br/seb/pdf/ldb.pdf Acesso em: 05 Abr. 2018.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Temas transversais. Ética**, Brasília, DF, 1997.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília, DF, 1999.

_____. Lei n.10.172 de 9 de Janeiro de 2001. **Plano Nacional de educação. Diário Oficial da união**, Brasília, 10 de Janeiro de 2001, seção I, p.3-5.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Fundamental. Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 2006.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e pesquisas educacionais Anísio Teixeira. **Censo Escolar da Educação Básica de 2009**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/básica/censo/censo.asp> Acesso em 09 Abr. 2018.

CAMPOS, Dinah Martins de Souza. **Psicologia da aprendizagem**. 11. Ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

CAMPOS, Maria Machado Malta. **Pré-escola: entre a educação e o assistencialismo**. In: ROSEMBERG, FULVIA. (ORG). **Creche**. São Paulo, Cortez, p.11-19, 1993.

CARVALHO, B. V., **A literatura Infantil – Visão Histórica e Crítica**– 6ª Ed. São Paulo: Global, 1989.

CHINOY, Eiy. **Sociedade**: uma introdução à Sociologia. 20. Ed são Paulo: Pensamento, Cultrix, 2008.

COELHO, K.; MACHADO, M.A.; **A importância da leitura na educação infantil**: um estudo teórico. FAP, 2015.

COMPAS, Bruce E. **Psychobiological processes of stress and coping**. Annals of the New York Academy of Sciences, v. 1094, n. 1, p. 226-234, 2006.

COPETTI, Jordano. **Dificuldade de aprendizagem**: manual para os pais e professores. São Paulo: Juruá Editora, 2005.

CORTINA, Adela. **Cidadão do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.

DAVIS, Cláudia. OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Psicologia da educação**. Coleção magistério. 2º grau. Série formação do professor/ 2.ed. São Paulo: Cortez, 1993.

DIAS, Ana Maria Iorio. **Ensino da linguagem no currículo**. Fortaleza: Brasil Tropical, 2001.

DOHME, Vânia. **O Valor educacional dos jogos**. São Paulo: informal, 2003.

FELIPE, Jane. Aspectos gerais do desenvolvimento infantil. In: CRAIDY, C.M. **Convivendo com crianças de 0 a 6 anos**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

FEIXÓ, Caio. **Preparando os alunos para a vida**. São Paulo: Novo Século, 2008.

FERREIRA, Marlene de Cássia Trivellato; MARTURANO, Edna Maria. **Ambiente familiar e os problemas do comportamento apresentados por crianças com baixo desempenho escolar**. Psicologia: Reflexão e crítica, v. 15, n. 1, p. 35-44, 2002.

FONSECA, Vítor da. **Uma introdução às dificuldades de aprendizagem**. 2.ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 1995.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Editora paz e terra, 1997.

GOLDAN, Andrea. TOGATLIAN, Marco Aurelio. COSTA, Roseane de Albuquerque. **Desenvolvimento, Emoção e Relacionamento da Escola**. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional**: forma-se para a mudança e a incerteza – 6 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

KENSKI, V.M. O papel do professor na sociedade. Digital. In: CASTRO, A.D. de CARVALHO, A.M.P. de (org). Ensinar a Ensinar: **Didática para a Escola Fundamental e Média**. São Paulo; Ed. Pioneira Thompson Learning, 2001.

LERNER, Delia. **Ler e escrever na escola. O real, o possível e o necessário.** Porto Alegre: Artmed, 2002.

LIMA, Elvira Cristina de Azevedo Souza. **A utilização do jogo na pré-escola.** Séries Ideias. In. 10. São Paulo: FDE. 1992. p.24-29.

MANZINI, E. J. **Tecnologia assistiva para educação:** recursos pedagógicos adaptados. In: Ensaio pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: SEESP/MEC, p. 82-86, 2005.

MARTINS, Vicente. **Dislexia.** Disponível em: <[http:// Sites. Uol.com.br/Vicente.martins](http://Sites.Uol.com.br/Vicente.martins)> Acesso em: 12 Abr. 2018.

MENDEZ, Emílio Garcia. **Infância e cidadania na América Latina.** São Paulo: Kucitec, 1994.

MIRANDA, C. R. S. **Educação inclusiva e escola:** saberes construídos / Cleusa Regina Secco Miranda. – Londrina, 2010. 104 f.

MIRANDA, Elis Dieniffer Soares. **A influência da relação professor-aluno para o processo de ensino-aprendizagem no contexto afetividade.** 8º ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E 8ª MOSTRA DE PÓS-GRADUAÇÃO, p. 1-6, 2008.

MIRANDA, Simão. **Do fascínio do jogo à alegria de aprender.** Campinas, SP. Papiros, 1964.

MORRUZZI, Andréia B. TEBET, Gabriela G. de. **Construindo infâncias.** Revista sociologia ciência e vida. São Paulo: Editora Escala, 2008.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. In: KISHIMOTO, T. (org). **Jogo, brinquedo, brincadeira e a educação.** 2.ed. São Paulo, Cortez, 1996, p.73-87.

NOLTE, Dorothy Low; HARRIS, Rachel. **As crianças aprendem o que vivenciam.** 5. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

OLIVEIRA, Zilma de Moraes; MELLO, Ana Maria; VÍTORIA, Telma; FERREIRA, Maria Clotilde Rosseti. **Creches: Crianças, faz de conta & cia.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

OKANO, Cynthia Barroso *et al.* **Crianças com dificuldades escolares atendidas em programas de suporte psicopedagógico na escola:** avaliação do autoconceito. *Psicol. Reflex. Crit.*, 2014, Vol. 17, nº 1, p.121-128.

PAROLIM, Isabel. **As dificuldades de aprendizagem e as relações familiares.** Fortaleza, 2003.

PINHEIRO, Ângela Maria Vieira. **Leitura e escrita:** uma abordagem cognitiva. Editorial Psy, Campinas/São Paulo: 1994.

PINTO, J.M.R; ALVES, T. **Ampliação da obrigatoriedade na educação básica:** como garantir o direito sem comprometer a qualidade? *Retratos da Escola*, Brasília, v.4, n.7, p.211-228, Jul. dez. 2010.

SANTOS, L.A.; **O conto de fadas:** da oralidade à literatura infantil. Disponível em: <http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlije/trabalhos/dfd54d3f53a58ebb6e737d71d4917c7c_478_431_.pdf> Acesso em: 13 de Abr de 2018.

SARMENTO, Manuel Jacinto. **Infância, exclusão social e educação como utopia realizável.** *Educação e sociedade*, v. 23, n. 78, p. 265-283, 2001.

SILVA, Alégria Valera. **Vulnerabilidade social e suas consequências: o contexto educacional da juventude na Região Metropolitana de Natal.** In: Encontro de ciências sociais do Norte Nordeste, Maceió, 2007. Disponível em: www.cchla.ufrn.br/rnnatal/artigo.16.pdf Acesso em: 10 de Abr. de 2018.

SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda Tognozzi. **A práxis na formação de educadores infantes.** Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

TÉBAR, Lorenzo. **O perfil do professor mediador:** pedagogia da mediação. São Paulo: SENAC, 2011.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e funcionamento da educação básica.** Fortaleza: Edições Demócrito rocha, UECE, 2001. 144 p.

VYGOTSKY, Lev Semenovich. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1989.